



Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais

RESOLUÇÃO

SOBRE AS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS DE 4 DE OUTUBRO

As políticas de direita, levadas a cabo pelos sucessivos governos do PS e PSD, com ou sem CDS, ao longo das quatro décadas do regime democrático, têm representado uma permanente ameaça aos direitos laborais conquistados pelos trabalhadores da Administração Pública e aos serviços públicos que directamente prestam funções sociais imprescindíveis para as populações.

Nos anos mais recentes, em particular na última década, fruto da subserviência dos governos aos interesses do grande capital nacional e dos ditames da União Económica e Monetária, representativa do grande capital internacional, a Administração Pública portuguesa foi alvo de um processo de subversão relativamente ao projecto constitucionalmente consagrado e de destruição nas suas bases fundamentais, com o encerramento, fusão e privatização de serviços, degradando a qualidade e quantidade de serviços prestados. A universalidade e a gratuitidade dos serviços públicos foi progressivamente desaparecendo através das sucessivas alterações constitucionais.

Simultaneamente, os trabalhadores da Administração Pública viram a estabilidade de emprego posta em causa; a precariedade e a sazonalidade aumentada; a carga horária de trabalho ampliada; os salários e as pensões cortados e congelados; o direito à carreira subvertido; os dias de férias reduzidos; a assistência na doença degradada, entre muitas outras malfeitorias concretizadas pelos sucessivos governos.

Todas estas políticas foram aprofundadas de uma forma nunca antes vista, com o actual governo PSD/CDS que, virando as costas aos interesses do Povo Português e do País, concretizaram à letra os acordos com a troika da UE/BCE/FMI, deixando Portugal nas mãos do grande capital internacional e dos seus interesses.

À porta de eleições para a Assembleia da República, os partidos que sucessivamente têm governado o País e que o deixaram mais pobre, mais endividado, com a produção nacional de rastos, com quase um milhão e trezentos mil desempregados e mais de dois milhões de pobres, onde se contam centenas de milhar de trabalhadores com baixíssimos salários, vêm fazer novas promessas, entre as quais se destacam aquelas que directamente dizem respeito à Administração Pública e aos seus trabalhadores.

Facilmente se conclui, dos programas eleitorais do PS e da coligação PSD/CDS e dos debates já realizados, que poucas são as diferenças entre eles e que, entre o que propõem e o que já concretizaram enquanto governos, nada os separa da linha de destruição da Administração Pública e das funções sociais do Estado e de delapidação dos direitos dos trabalhadores – ambos propõem a continuada “reforma” do Estado, designadamente, através da “municipalização” e o congelamento dos salários e pensões por prazos mais ou menos alargados!

A Direcção Nacional da Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais, reunida no dia 22 de Setembro de 2015, exorta os trabalhadores da Administração Pública a fazerem do próximo dia 4 de Outubro, um dia de luta através do voto, no sentido de rejeitarem as políticas de direita prosseguidas pelo PS, PSD e CDS, criando as condições para uma alternativa política de esquerda que garanta os direitos dos trabalhadores portugueses, uma Administração Pública ao serviço do Povo e do País, um Portugal soberano e de progresso.

Lisboa, 22 de Setembro de 2015

A Direcção Nacional

